

Resumo: Este artigo tem como objectivo fundamental discutir algumas questões relacionadas com o estado do desenvolvimento da investigação científica sobre o fenómeno droga em Portugal. Traça, em primeiro lugar, um breve panorama deste campo de pesquisa desde a emergência dos primeiros dispositivos da droga no nosso país e procede, em seguida, a um exercício analítico sobre a investigação que é produzida entre nós actualmente, utilizando a revista *Toxicodpendências* como analisador. Interroga, por fim, as condições de possibilidade duma comunidade científica no campo das drogas, concluindo com uma breve reflexão sobre algumas vias para o seu desenvolvimento e consolidação.

Palavras-Chave: Investigação científica; Droga; Análise de conteúdo; Revista *Toxicodpendências*.

Résumé: Cet article se propose discuter quelques questions qui ont un rapport avec l'état de développement de la recherche scientifique sur le phénomène drogue au Portugal. D'abord présente une vue panoramique de ce domaine de recherche, dès que les premiers dispositifs de la drogue ont été créés dans notre pays et ensuite procède à un exercice analytique sur la recherche qui est produite actuellement chez nous, en prenant comme analyseur la revue *Toxicodpendências*. Enfin, questionne les conditions favorables à l'émergence d'une communauté scientifique dans le champ des drogues, tout en concluant par une réflexion sur quelques voies qui emmènent à leur développement et consolidation.

Mots-Clé: Recherche scientifique; Drogue; Analyse de contenu; Revue *Toxicodpendências*.

Abstract: The main objective of this article is to discuss some questions related to the development of scientific research on drugs in Portugal. First, we design a short panorama on this field of search since the emergency of the first drug facilities in our country and, after this, we analyse the search produced among us nowadays, using *Toxicodpendências* as an analyser. At the end, we ask some questions on the viability of a scientific community in drugs field concluding with a short reflection on some ways to its development and consolidation.

Key Words: Scientific research; Drug; Content analysis; Revue *Toxicodpendências*.

Do que se tem ao que não há: práticas de investigação e comunidade científica das drogas em Portugal

Luís Fernandes e Marta de Sousa Pinto

Não é comum começar-se um artigo enunciando aquilo que ele não vai fazer. Mas é assim que desta vez vai acontecer: pois tratando-se de aparecer numa revista que existe para falar de drogas, não vai falar delas, mas de quem fala sobre elas. Não as drogas, pois, mas o discurso daqueles que procuram no fenómeno psicoactivo as interrogações que o façam objecto de discurso científico - eis o propósito deste artigo.

Propõe-se um olhar pelo que tem sido a produção dos elementos da comunidade científica - ou, melhor dito, das várias comunidades científicas disciplinares que chamam a si a compreensão do fenómeno droga - de modo a discernir linhas organizativas do seu labor em Portugal. Abordaremos sucessivamente três questões: como tem evoluído o discurso científico sobre o fenómeno droga em Portugal? Como podemos caracterizar a produção actual de saber sobre ele? Há uma comunidade científica organizada em seu torno?

1. Evolução da produção científica sobre o fenómeno droga em Portugal

Que balanço pode fazer-se desta evolução? Na fase da emergência dos dispositivos, em pleno período pós-revolucionário, a investigação sobre o fenómeno droga era escassa e ele era explicado quase exclusivamente do ponto de vista da abordagem psicanalítica [em 1979 metade dos artigos publicados eram da autoria de um único psicanalista, à altura director do Centro de Estudos e Profilaxia da Droga (CEPD) do Centro].⁽¹⁾

Durante a fase de estabilização das primeiras estruturas de combate à droga a preocupação interventiva foi de tal modo dominante que a investigação tinha um papel praticamente marginal. Uma pesquisa de carácter mais sistemático teve início nos anos 80, assistindo-se na última metade da década seguinte ao seu aumento, para o qual

contribuiu significativamente o desenvolvimento de teses académicas de mestrado e doutoramento. A esta luz, talvez não seja coincidência o facto da revista *Toxicodependências* ter surgido precisamente nesta fase, marcada pela intensificação das preocupações com o trabalho de pesquisa. Também, na última metade dos anos 90 cresce significativamente o número de trabalhos académicos - "mais de 30% da totalidade de teses existentes foram produzidas nos últimos 2 anos" (Agra, C. 1998).

Ao longo destes anos, Portugal começou a marcar presença em sessões de trabalho do Grupo Pompidou do Conselho da Europa. Esta instituição, no entanto, orientava-se mais para o estabelecimento ou recomendação de políticas de combate à droga do que para o desenvolvimento da investigação ou o aprofundamento de problemáticas a partir do racional e dos instrumentos científicos. Dito doutro modo, este nível, quando existia, era num regime de subordinação a uma gestão política e administrativa, coisa que não se alterou significativamente com a criação do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, cuja estrutura física foi sediada em Portugal.

À falta de políticas consistentes e sistemáticas de investigação por parte destes organismos, é natural que tenha sido a Universidade a desempenhar o principal papel no seu desenvolvimento - ainda assim, na maioria das vezes, dependente não de estratégias predefinidas mas de projectos vocacionais de investigadores mais ou menos isolados. Félix da Costa (2001), com base no seu estudo do panorama português de pesquisas a respeito das toxicodependências (Costa, F. e Moreira, 1996), afirma que o trabalho de investigação "é facultativo, não remunerado, realizado com meios dos autores e acresce ao trabalho de base". E ainda: "a investigação académica obriga à aquisição de competências na área, mas não tem continuidade dada a ausência de incentivos materiais e de oportunidades de divulgação" (Costa, F. 2001).

Este conjunto de constatações conduz-nos à questão de saber se existe entre nós uma verdadeira comunidade científica no campo das drogas.⁽²⁾ Acabámos de ver como ela não tem sido catalisada a partir dos organismos oficiais, pelo menos com o carácter sistemático que o empreendimento requer. E o balanço que alguns especialistas fazem desta questão não é também optimista. Félix da Costa (2001) constata que "são raras as equipas com

trabalho continuado de investigação em toxicodependências. (...) [a investigação produzida em Portugal] surge avulsa, largamente resultante de projectos académicos visando a obtenção de um grau ou consta de relatos dos próprios intervenientes sobre o seu trabalho, sem ultrapassar, em geral, o nível da contagem de frequências". Agra (1998), por seu lado, considera que "dispomos, assim, de uma amontoado de dados, pouco consistentes (...) e dispersos (...). A ausência de uma comunidade científica estável no domínio das drogas explica o pouco conhecimento que dispomos sobre este problema social."

Antes de darmos uma resposta à questão levantada, realizaremos um exercício que procura discernir as linhas que têm dominado os esforços de investigação no campo que aqui nos ocupa, guardando para a secção final deste texto o retomar da discussão sobre a eventual existência de uma comunidade científica.

2. A revista *Toxicodependências* como analisador do discurso sobre as drogas em Portugal

Fazemos a partir de agora um exercício prático cujo objectivo é o de evidenciar os principais sectores científico-técnicos, os principais grupos profissionais e as grandes linhas discursivas na construção do objecto droga. Este exercício tem como base o método do analisador, que Cândido da Agra (1986) define deste modo: "o analisador mantém-se [vindo da química e da física] como um dispositivo que permite a análise, revela formas, fornece informações. A intervenção do sujeito pensante, neste processo, está ausente."

Escolhemos a revista *Toxicodependências* como o nosso analisador por duas ordens de razões: é a única publicação científica portuguesa inteiramente dedicada ao fenómeno droga⁽³⁾; é, por outro lado, o lugar que os profissionais da área das drogas têm privilegiado para fazer circular os seus trabalhos.

2.1. O universo dos artigos e o seu tratamento

O estudo das edições desta revista permitiu assim analisar mais sistematicamente a produção científica em Portugal acerca do fenómeno droga. Desde o seu surgimento, em 1995, até ao segundo número de 2002, foi publicado

um total de 206 artigos, dos quais se realizou uma análise de conteúdo. Essa análise consistiu, numa fase inicial, na leitura das revistas, agrupando os diferentes textos em categorias a partir dos seus títulos e resumos. Nos casos em que tal se revelava insuficiente para decidir da sua classificação, procedeu-se a uma análise mais microscópica, lendo cada artigo até ao momento em que se tornava clara a sua definição de acordo com a grelha existente. Partiu-se desta forma de três categorias principais - Tipo de emissor, Áreas disciplinares e Conteúdo do texto - cada uma com diversas subcategorias que foram sendo acrescentadas à matriz inicial à medida que foram aparecendo. A informação foi de seguida trabalhada de forma quantitativa para se conhecer o peso relativo de cada tipo de artigo no universo total, e para se comentar depois esses resultados.

2.2. Resultados da análise

Os resultados serão apresentados sob a forma de tabelas (tantas quantas categorias principais) e cada uma merecerá alguns comentários descritivos.

A. Tipo de emissor

Categoria	Subcategorias	N.º artigos	%
Tipo de emissor	Não identificado	59	28,6
	Psicólogos	56	27,2
	Psiquiatras	36	17,5
	Vários	15	7,3
	Residuais	13	6,3
	Médicos	10	4,8
	Juristas	9	4,4
	Sociólogos	8	3,9
Total		206	100

A subcategoria *Vários* designa os artigos escritos em co-autoria por profissionais de formações distintas. Encontramos as seguintes combinações: farmacologista e psiquiatra; enfermeiros e psicólogos; psicólogos e psiquiatras; médicos e psiquiatras; psiquiatras, médicos, psicólogos e socioterapeutas. A união entre psicólogos e psiquiatras é, a este nível, a aliança mais comum, seguida pela dos médicos e psiquiatras e, depois, pela dos enfermeiros e psicólogos. Nas edições iniciais da revista surgi-

ram numerosos trabalhos realizados em conjunto por profissionais oriundos de campos científicos diferentes. Não obstante, paulatinamente esse número tem vindo a diminuir representando nos últimos tempos 7% das edições.

Na subcategoria *Residuais* (6.3%) foram agregados todos aqueles artigos cuja frequência foi de apenas 1 ou 2. Os tipos de emissor aí contidos foram o político, o técnico superior de análises de *doping* e bioquímica, a educadora especializada, os enfermeiros, os professores de motricidade humana, os assistentes sociais e os artistas. Na subcategoria *Juristas* incluímos advogados (num total de seis) e magistrados (num total de três).

Um número considerável de artigos não revela a formação profissional do seu autor (28.6%). Em vários casos, a sua filiação profissional é omitida mas teria sido possível classificar alguns deles, dado possuímos esse elemento através do conhecimento directo. Optámos, no entanto, por considerá-los *Não identificados* pois seguimos o critério de nos ater estritamente à informação que o artigo disponibiliza. É ainda de realçar que uma parte considerável dos autores que omitem a sua informação profissional de base será muito provavelmente de docentes universitários, pois optam por se apresentar como pertencentes a faculdades ou institutos superiores. Isto é concordante com o facto de a própria revista, numa retrospectiva sobre as suas publicações, apresentar números que colocam a subcategoria *Docentes* como uma das mais produtivas a esse nível - por exemplo, no que concerne ao ano de 2000, a percentagem de autores docentes foi de 26%.

Do total de 206 artigos, 81 (39%) são escritos por autores referidos como profissionais que desempenham funções no Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência (SPTT). Tendo em conta que vários artigos são de origem estrangeira, e que muito provavelmente alguns autores não terão sido identificados como técnicos daquele organismo, apesar de o serem, esta percentagem é bastante elevada indiciando que uma parte considerável do discurso científico produzido acerca das drogas advém de profissionais que desempenham funções no SPTT. A subcategoria dos *Psicólogos* destaca-se das restantes por apresentar a maior quantidade de artigos publicados (27.2%), sendo seguida pela dos *Psiquiatras* (17.5%). Estes números, no entanto, não foram relativizados em função do peso quantitativo de cada categoria profissional na

estrutura do SPTT, onde os psicólogos existem em maior número do que psiquiatras e outros médicos.

B. Áreas disciplinares

Já vimos quem produziu estes artigos, veremos agora quais as áreas disciplinares em que os seus conteúdos se inserem, já que a correspondência entre a formação profissional de origem de um autor e a área disciplinar da qual releva o seu discurso não é linear.

Tabela II

Categoria	Subcategorias	N.º artigos	%
Áreas disciplinares	Psicologia	69	33,5
	Residuais	41	19,9
	Saúde pública/Epidemiologia	27	13,2
	Psiquiatria	18	8,7
	Medicina	16	7,8
	Não situável	11	5,3
	Dirito	10	4,8
	Sociologia	8	3,9
	Etnografia	6	2,9
Total		206	100

A avaliar pelos resultados, parece que o modo de (des)funcionamento mental do consumidor de drogas exerce sobre os autores um fascínio particular... é, de longe, o tema mais abordado - 42.2% dos artigos, resultantes das subcategorias de *Psicologia* e *Psiquiatria*. "O que é que se passa dentro da cabeça de um consumidor de drogas?" parece ser a questão que mais assola a cabeça dos que o estudam.

Curioso notar que há menos psicólogos a escrever do que artigos da área disciplinar da psicologia. Esta área tem, pois, a contribuição de outros profissionais na definição e desenvolvimento das suas problemáticas. Ao contrário, há mais psiquiatras a escrever do que artigos da área disciplinar da psiquiatria - precisamente o dobro. Fazendo uma metáfora com os movimentos migratórios de populações, a psicologia é um território de acolhimento e o profissional da psiquiatria um migrante, viajando nomeadamente pelos territórios da epidemiologia e da psicologia. Se adicionarmos a isto os artigos escritos por parcerias multiprofissionais (7.3% - ver Tabela I), notamos alguma fluidez de fronteiras, como é característica do sistema científico actual.

A subcategoria que se segue em frequência é a de artigos *Residuais*, constituída por áreas como as ciências da educação, a biologia, a história, a ciência política, a neurobiologia, a filosofia, o serviço social, a arte, o jornalismo, a bioquímica, a etnosociologia, a epistemologia e a moral. Este valor justifica-se pelos primeiros quatro anos de publicação da revista, durante os quais apareceram artigos das mais diversas áreas disciplinares. Desde então, a esmagadora maioria dos conteúdos pertence às outras subcategorias e apenas nove (4.4%) são deste tipo. É curioso constatar que só neste período surge um - e, note-se, apenas um! - artigo de serviço social, apesar de esta ser uma das áreas mais investidas ao nível da intervenção junto de toxicodependentes.

Os trabalhos de avaliação epidemiológica e do âmbito da saúde pública são também bastante importantes na produção científica nacional representando 13.2% da totalidade (subcategoria Saúde Pública/Epidemiologia), seguidos pelos da psiquiatria (8.7%) e da medicina (7.8%).

Na subcategoria *Não situável* foram incluídos os artigos que constituem sobretudo exercícios críticos percorrendo várias áreas disciplinares, sem se ater em nenhuma em concreto.

Com efeito, nos anos mais recentes de publicação da revista começaram a surgir conteúdos interdisciplinares de análise macroscópica e crítica quer do fenómeno, quer da abordagem que os dispositivos de intervenção sobre ele exercem (5.3%).

C. Conteúdo do texto

Já sabemos, então, quem escreveu, em que áreas disciplinares o fez e, resta agora saber o que produziu.

Tabela III

Categoria	Subcategorias	N.º artigos	%	
Conteúdo do texto	Prevenção secundária	47	22,8	
	Prevenção primária	26	12,6	
	Avaliação	20	9,7	
	Prevenção terciária	1	0,5	
	Redução de riscos e minimização de danos	1	0,5	
	Empírica	36	17,5	
	Documental	35	17	
	Comentário	40	19,4	
	Total		206	100

Os artigos que se debruçam sobre a Intervenção são os mais abundantes (46% do total) logo seguidos pela Investigação (34.5%) e, por fim, pelos Comentários. Na categoria “comentário”, foram incluídos os artigos que consistem num exercício crítico genérico acerca do fenómeno não se circunscrevendo a nenhuma das outras categorias e subcategorias. Salientemos a sua elevada percentagem (19.4%) e o seu carácter heterogéneo, que constitui uma espécie de modalidade livre, suspendendo até certo ponto o espartilho do texto científico⁽⁴⁾.

No que concerne aos artigos acerca da Intervenção, os mais numerosos são os que se referem à prevenção secundária, o que é consistente com a prática no interior do dispositivo de acção criado para intervir sobre a toxicodependência: a esmagadora maioria dos técnicos e das estruturas que o constituem dedica-se ao tratamento. É portanto natural que se fale mais do que mais se faz. Mesmo assim, a prevenção primária é um tema que preocupa a classe pensante deste campo de estudo, representando 126% do total de artigos editados e 27% dos textos relativos à intervenção.

No que diz respeito aos textos de Avaliação das práticas interventivas, eles constituem 9.7% do total e 21% dos artigos referentes à categoria em análise. Ainda na categoria Intervenção é de realçar a escassez dos conteúdos referentes à prevenção terciária e à redução de riscos e minimização de danos - cada um representando 0.5% do total. Dentro do universo de artigos relativos à Investigação, o número daqueles que aborda a realidade com metodologia empírica é semelhante ao daqueles que o fazem através da pesquisa documental, sendo que os métodos mais utilizados - por ordem decrescente - no primeiro caso são os questionários, os inventários e os inquéritos e, no segundo caso, são a pesquisa bibliográfica e a análise de processos individuais de utentes do SPTT.

2.3. Alguns comentários aos resultados

Muitos dos artigos são produzidos pelos técnicos do SPTT (39%). As questões colocadas ao fenómeno droga pelos especialistas dizem, pois, sobretudo respeito às suas manifestações problemáticas, traduzidas em preocupações preventivas e clínicas. Em Portugal, como noutros países, este objecto constitui-se a propósito do seu lado disfuncional. Dito doutro modo, a investigação

científica tem como importante ponto emissor o dispositivo clínico. Facto concordante com o actual consenso acerca da definição do fenómeno droga em torno do conceito de doença.

Uma parte dos textos releva daquilo a que poderíamos chamar investigação administrativa⁽⁵⁾ São disso exemplo os relatos estatísticos da actividade dos dispositivos de acção e a aplicação de inquéritos epidemiológicos. Ora, a investigação administrativa é normalmente um discurso legitimador da pertinência dos serviços oficiais existentes. De tónica fundamentalmente descritiva, esgota aí a sua vontade de saber e não relaciona o que descreve com a verdadeira atitude de investigação - que é crítica, problemática e desconfia e suspeita das premissas iniciais com que se define um problema. Pelo contrário, a investigação administrativa confirma e reforça sempre as enunciações com as quais se define o “problema da droga”.

Outra parcela importante dos artigos diz respeito àquilo que poderíamos designar como investigação que releva do modelo médico-psicológico⁽⁶⁾. Se somarmos as subcategorias da *Medicina*, da *Psiquiatria*, da *Psicologia* e da *Saúde Pública/Epidemiologia*, obtemos um total de 63,2%. Notamos, portanto, uma clara predominância deste modelo na construção discursiva do fenómeno. Esta tendência é também demonstrada pela Tabela I, onde se observa uma grande presença de psicólogos, médicos e psiquiatras (49.5%) e uma apreciável quantidade de artigos saídos do interior do dispositivo clínico.

Este tipo de investigação releva duma epistemologia conservativa ⁽⁷⁾(Agra e Fernandes, 1993): se pode aprofundar problemáticas, não pode, contudo, criar novidade - como é próprio do carácter reprodutivo-assimilativo da ciência normal (Kuhn, 1970/1983). Assim, se a investigação administrativa é congelativa - sobrevive apenas como uma camada rigidificante em torno do problema, fina película de saber cujo fim não é o objecto mas a perpetuação da sua definição oficial - a investigação no modelo médico-psicológico é conservativa, porque a assimilação aprofunda sempre mas raramente inova.

Há um conjunto de textos que indicia, no entanto, uma alteração deste estado de coisas, abrindo-se a novos tipos de investigação e de outros focos de interesse. A aparição, embora ainda tímida, de artigos que se situam no âmbito de áreas como a sociologia e a etnografia, prome-

te abordagens alternativas às classicamente conotadas com o modelo médico-sanitário de observação e controlo do fenómeno.

Um último comentário diz respeito ao Método. Já vimos (Tabela III) como os artigos de investigação utilizam em partes quase iguais métodos documentais e métodos de recolha directa de dados. No primeiro caso, a pesquisa bibliográfica e a utilização de dossiers é predominante e no segundo caso os questionários, os inventários e os inquéritos são os mais utilizados. Também a propósito do método notamos o carácter conservativo da investigação, com a quase ausência de estilos de pesquisa e de recursos técnicos vindos de domínios distintos do médico-psicológico.

3. Sobre as condições de possibilidade de uma comunidade científica no campo das drogas

O exercício sobre a produção científica nacional no campo das drogas, que expusemos sucintamente atrás, deixa-nos menos pessimistas do que Cândido da Agra quando, no relatório da Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga, o diagnosticava como caracterizado por fragmentação e incipiência. Em todo o caso, a já considerável produção científica que se vem fazendo entre nós não autoriza a afirmar que estamos perante uma comunidade científica estabilizada. Com efeito, ela não existe no sentido kuhniano do termo. Não há um paradigma que pacifique a discussão, que defina inequivocamente o objecto, que indique claramente os problemas a investigar e os métodos a empregar. Bastaria aqui invocar a definição do toxicodependente enquanto doente ou a discussão sobre a importância respectiva da droga, do indivíduo e do contexto na determinação do estado adictivo para o demonstrar. Há, isso sim, escolas ainda segundo Kuhn. Por exemplo, a divergência entre a leitura clínica, que diríamos ser a escola dominante, e as leituras estritamente biológica e estritamente socio-cultural, que diríamos serem minoritárias. A incapacidade de comunicação entre estas microcomunidades científicas demonstra bem o estado fragmentário dos especialistas, coisa incompatível com a ideia de comunidade: a tensão entre eles não é aqui criadora, mas redutora.

Deixamos como apontamento final um comentário sobre as possibilidades de evolução dos especialistas do fenómeno droga rumo à estabilização numa comunidade científica. A criação das condições para tal passaria pela organização de um ensino regular sobre o objecto droga em várias licenciaturas e pós-graduações, de modo a assegurar a grelha interdisciplinar que deve reger os Saberes sobre este objecto. Ensinou-nos também o trabalho fundador de Thomas Kuhn a importância da socialização dos candidatos a membros numa comunidade científica que passaria essencialmente pela aprendizagem intensiva dos pressupostos, da problemática, da teoria e dos métodos e instrumentos centrais do paradigma, sem os quais é impossível fixar procedimentos regulares que dêem um carácter consensual, coerente e fecundo à prática científica.

Deveria ainda constituir-se uma linha regular de financiamento à investigação, que permitisse libertar a sua produção numa dupla dependência: a da obtenção de graus académicos (que facilmente aliena as questões de carácter mais prático) e a realizada por solicitação de instâncias oficiais (que facilmente aliena as questões teóricas e epistemológicas). No panorama português há exemplos isolados de ambos os casos: um ensino regular, desde finais dos anos 80, na licenciatura e nas pós-graduações da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e, muito recentemente, a criação de uma linha de financiamento à investigação para a área das drogas pela Fundação da Ciência e da Tecnologia. Vamos a ver com que futuro...

As condições de possibilidade desta comunidade científica deveriam, igualmente, passar pela devolução dos destinos da construção do objecto droga aos seus especialistas, num quadro de autonomização da permanente apropriação político-administrativa que este campo tem conhecido e que lhe tem imposto lógicas exteriores ao que devia ser a dinâmica espontânea das suas determinações através do jogo da ciência - numa ciência do comportamento adictivo, numa ciência dos estados alterados de consciência. ■

Contacto:

Luis Fernandes

*Psicólogo - Professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
Rua Campo Alegre, 1055
4150-180 Porto*

Notas

(1) A emergência dos dispositivos da droga em Portugal constituiu uma parte importante do trabalho de Cândido da Agra ao longo dos anos 80. Remetemos, por isso, para as suas publicações desse período, cuja síntese se encontra por exemplo num dos seus textos (Agra, 1993) ou em Fernandes (1990).

(2) Tomámos aqui o termo *comunidade científica* de acordo com a acepção consagrada por Thomas Kuhn (1983): ela é constituída pelo conjunto dos indivíduos que se reúnem em torno das propostas, problemas, métodos, instrumentos e resultados proporcionados por um paradigma, partilhando igualmente o sistema de crenças que sustenta a sua teoria central.

(3) Eis um analisador que não dispunha de concorrência... em todo o caso, convém salientar que um analisador também pode ser escolhido pelo seu poder de revelar um fenómeno através da sua ocasionalidade, carácter esporádico ou raridade (v.g., se seleccionássemos uma revista da área da antropologia ou da sociologia - ou mesmo, embora dum modo talvez menos nítido, da psicologia - verificaríamos o quanto o fenómeno droga não faz parte da agenda rotineira da investigação nessas áreas).

(4) Para que não restem dúvidas sobre alguma entrelinha no que acabamos de dizer, consideramos este tipo de artigo enriquecedor da publicação, permitindo-nos sugerir aos seus responsáveis a criação duma secção própria de modo a explicitar claramente o carácter de debate e de reflexão destes artigos, num campo onde, por sob o registo científico se cruzam registos sociopolíticos, analítico-interpretativos, morais, etc.

(5) A expressão "investigação administrativa" foi consagrada pelo sociólogo norte-americano Robert Merton. Cândido da Agra retoma-a no Relatório da Estratégia Nacional da Luta Contra a Droga, considerando que ela caracteriza uma parte importante da literatura sobre o fenómeno.

(6) Remetemos para Romani e Comelles (1991), Romani (1999) e Fernandes (1998) para a análise histórica da estruturação do modelo médico-psicológico, cuja emergência pode fazer-se remontar já à segunda metade do séc. XIX.

(7) "a linha conservativa caracteriza-se pela introdução do objecto-droga em paradigmas já constituídos anteriormente a propósito de outros objectos (...) esta linha discursiva tenderia a tornar o saber científico deste objecto num discurso dependente desses paradigmas" (Agra e Fernandes, 1993).

Referências Bibliográficas

- Agra, C. (1993). "Dispositivos da droga - a experiência portuguesa". In: Agra (ed.), *Dizer a Droga Ouvir as Drogas*. Porto: Radicário.
- Agra, C. (1998). "Investigação e formação". In: *Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga*. Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga.
- Agra, C., e Fernandes, L. (1993). "Droga Enigma, droga novo paradigma". In: C. da Agra (ed.) *Dizer a Droga Ouvir as Drogas*. Porto: Radicário.
- Costa, F. (2001). "Investigação em toxicodependências e redução de riscos em Portugal". In: N. Torres, e J.P. Ribeiro, (eds) *A Pedra e o Charco*. Almada: Íman.
- Fernandes, L. (1990). *Os pós-modernos ou a cidade, o sector juvenil e as drogas*. Tese de Mestrado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade do Porto, Porto.
- Fernandes, L. (1998). "Os princípios de exclusão da droga". In: P. Seixas, H. Araújo e P. Santos (eds) *Nós e os Outros: a Exclusão em Portugal e na Europa*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- Kuhn, T. (1970). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: The University Press.
- Kuhn, T. (1983). *La Structure des Révolutions Scientifiques*. Paris: Flammarion.
- Romani, O. (1999). *Las Drogas. Sueños y Razones*. Barcelona: Ariel.
- Romani, O.; Comelles, J. M. (1991). "Les contradictions liées à usage des psychotropes dans les sociétés contemporaines: automédication et dépendance". *Psychotropes*, X (3).